



INDE

Infraestrutura Nacional
de Dados Espaciais

IV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS - SBIDE

IDEs Inteligentes para governança e
políticas públicas

15 a 18 de outubro de 2024 | Rio de Janeiro

**O PAPEL DO ATLAS DIGITAL COMO
INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS PARA A
GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NO BRASIL**

Contexto

- Medidas de prevenção e mitigação das perdas humanas, econômicas e ambientais, exigem a integração de geoinformação precisa e atualizada
- A sistematização da distribuição espacial de fenômenos em ambientes digitais contribui para a sua devida compreensão
- Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) se mostra como uma estratégia fundamental para a organização, disseminação e aplicação de informações georreferenciadas na gestão de riscos e desastres

Objetivo

Explorar o papel do Atlas Digital de Desastres no Brasil como uma IDE aplicada à gestão de riscos de desastres, descrevendo sua estruturação, assim como seus benefícios, desafios e perspectivas futuras.

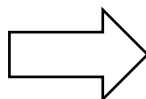
Metodologia

Estudo de caso com abordagem qualitativa acerca dos processos de registro e tratamento de dados de ocorrências, e de desenvolvimento da plataforma digital disponibilizada para acesso público.

Os registros de ocorrências



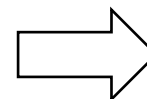
Registro



Formulário de
Informação do
Desastre (FIDE)

Sistema Integrado de
Informações sobre
Desastres (S2ID)

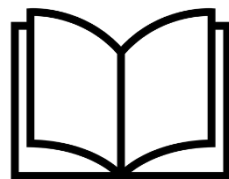
Tratamento
de dados



Atlas Digital de
Desastres no Brasil

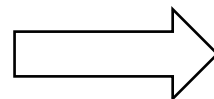
Processo orientado à solicitação de recursos
federais para ações de resposta e reconstrução

O Atlas Digital de Desastres no Brasil



Atlas Brasileiro de
Desastres Naturais

(1991 - 2013)



Atlas Digital de
Desastres no Brasil

(1991 - **2023**)

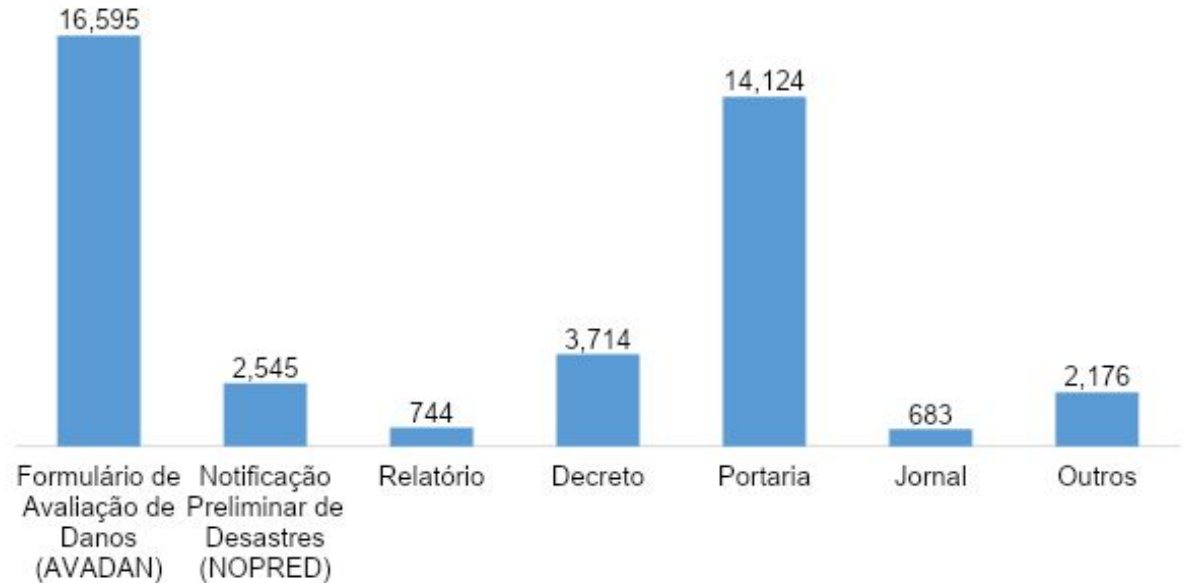
O Atlas Digital de Desastres no Brasil

Figura 1. Registros anteriores a 2012 consolidados no S2ID



Atlas Digital de
Desastres no Brasil

(1991 - 2023)



O Atlas Digital de Desastres no Brasil



Atlas Digital de
Desastres no Brasil
(1991 - 2023)

Objetiva fornecer informações sistematizadas em apoio à tomada de decisão envolvendo investimentos e políticas públicas direcionadas à redução de riscos de desastres e dos impactos decorrentes

Considerações

- Fornecimento de dados de mais de 67 mil ocorrências de desastres de forma acessível ao público, que subsidiam a compreensão dos impactos dos desastres, assim como a gestão territorial no que tange as medidas de gestão de riscos
- Utilização de tecnologias de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), banco de dados geoespaciais e webmapping para coleta, armazenamento, análise e visualização de dados
- Procedimentos claros para coleta, tratamento e atualização de dados
- Envolvimento de usuários e colaboradores na consolidação dos dados tanto na etapa de coleta quanto na de visualização e aplicações

Considerações

- Compromisso da qualidade e confiabilidade dos dados
- Demanda por fortalecimento da colaboração no que se direciona ao registro, compartilhamento e atualização dos dados
- Oportunidade de trabalho conjunto entre Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) e Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) para implementação de uma IDE mais robusta, com integração de dados e ferramentas para a gestão de riscos e desastres

Referências

- [1] FRANKE, F. D.; BIAS, E. S. O uso, o compartilhamento e a disseminação da geoinformação na administração pública brasileira: uma análise dos recentes avanços. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 547-567, abr. 2016.
- [2] ALENCAR, C. M. S. de; SANTOS, P. L. V. A. da C. Acesso à informação geográfica: reflexões sobre a importância das Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE) nas políticas públicas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 488-501, nov. 2013.
- [3] BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Base de dados do Atlas Digital de Desastres no Brasil**: manual de aplicação. Brasília: MIDR, 2022.
- [4] BRASIL. **Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012**. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. 2012a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/208>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Referências

[5] BRASIL. **Portaria nº 526, de 6 de setembro de 2012.** Estabelece procedimentos para a solicitação de reconhecimento de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. 2012b. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/legislacao/TE---REC---Portaria-526---S2ID-060912.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2024.

[6] BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Atlas Digital de Desastres no Brasil.** Brasília: MIDR, 2024.

[7] SOUSA, S. B. de; SANTOS, D. C. A. Banco de dados geoespaciais: padronização e avaliação como suporte à Inteligência Territorial. **Confins**, [S.L.], v. 60, out. 2023.

Autores

Gustavo Bourdot Back

Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (Ceped/UFSC)

✉ gustavo.back@ceped.ufsc.br

Rafael Schadeck

Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (Ceped/UFSC)

✉ r.schadeck@ufsc.br

Leticia Dalpaz de Azevedo

Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (Ceped/UFSC)

✉ ledalpaz@gmail.com

Obrigad@!



www.ibge.gov.br 0800 721 8181

